

## Os Esqueletos e os Nossos Filhos

Márcio G. P. Garcia  
Departamento de Economia – PUC-Rio  
06 de outubro de 2000

Tenho três filhos. Como a maioria dos pais, preocupo-me com o futuro deles. Gostaria que vivessem em um Brasil em paz, democrático e com justiça social. Assim, da minha seara de economista, preocupa-me muito quando vejo se tomarem decisões que tornam esse ideal ainda mais longínquo.

Refiro-me a sucessão de esqueletos que decisões judiciais vêm trazendo à tona, dentre os quais o mais famoso foi referente ao FGTS. Ao decidir estender a todos os integrantes do FGTS a correção decidida pelo Supremo para um pequeno número de pessoas que ingressaram na justiça, o governo reconheceu uma despesa extra que se calcula na faixa de 4% do PIB. Em um Estado de Direito, decisão judicial deve ser cumprida, não discutida. Não obstante, podemos pensar sobre os efeitos desta e de outras decisões judiciais que vêm criando inúmeros esqueletos a serem pagos pelo erário

Egoisticamente, eu só tenho razões para aplaudir a decisão, pois minha conta no FGTS engordará um pouco. Como eu também era mutuário da Caixa há dez anos atrás, ganhei também por pagar prestações que não repagaram o valor justo (segundo o cálculo do Supremo) à Caixa. Em suma, segundo a lei de Gérson, eu levei vantagem, e, provavelmente, dupla. Assim como eu, muitos outros sairão ganhando com a decisão do Supremo.

Mas, em economia, não há almoço grátis. A pergunta é: quem pagará a conta? Aí é que entra a geração dos nossos filhos. Como exemplifiquei com meu exemplo pessoal, muitos trabalhadores do final da década passada ganharão com a decisão de corrigir as contas do FGTS, ou outros muitos ganharam por terem repago à Caixa um valor inferior ao financiamento da casa própria contratado. Nenhum dos dois grupos é composto por pobres ou miseráveis. Assim, tal transferência de recursos, que deverá ser paga por todos, inclusive a grande massa de brasileiros pobres ou miseráveis, deverá ser regressiva (isto é, piorará a distribuição de renda e riqueza em nosso país).

Quanto às conseqüências dos novos esqueletos, pode-se imaginar basicamente dois cenários: um ruim e outro muito pior. Começemos pelo muito pior. Caso os esqueletos e outras despesas extra-orçamentárias continuem sendo gerados em grandes volumes por decisões judiciais, é possível que tal fluxo de despesas venha a colocar em risco o duramente conseguido ajuste fiscal. O efeito em cadeia de aumentos salariais no setor público originado pela decisão do TSE de conceder reposição salarial de 11,98% para seus servidores é o exemplo mais recente de como o ajuste fiscal está ameaçado. Caso isso ocorra, corremos o risco de perder todos os ganhos obtidos desde o Real, com a volta da inflação. Acho que nem o mais ferrenho opositor de FHC defenderia a volta à megainflação prévia ao Plano Real.

Outro exemplo é a decisão sobre o FGTS. Embora se presuma que as despesas com a correção das contas do FGTS devam ser espalhadas no tempo, é bem possível que haja uma corrida para sacar o fundo. Afinal, se o FGTS não estava bem das pernas antes, agora ficou muito pior. São conhecidos os estratagemas através dos quais trabalhadores pedem para serem demitidos com o intuito de sacar o fundo. Isso pode criar um volume grande de despesas a curto prazo que tenham que ser pagas pelo Tesouro Nacional, o qual, em última instância, garante o FGTS. Acreditar que isso não colocará em risco a estabilização é assumir um enorme risco de voltar à megainflação!

O cenário mais provável, felizmente, é o ruim. Nesse cenário, o efeito dos esqueletos será o de elevar o montante da dívida pública. Quem pagará isso, através de uma taxa de juros mais alta e de um crescimento econômico menor são justamente as gerações futuras.

Ou seja, as decisões judiciais que vêm criando um grande número de esqueletos têm basicamente dois efeitos. Primeiramente, transferem recursos da massa de contribuintes, que arcarão com a conta, para os beneficiários da decisão. No caso do FGTS, essa transferência é provavelmente regressiva, pois ganhará mais quem teve os mais altos salários, além de se excluir todo o setor informal, que paga impostos indiretos, mas não tem contas de FGTS. O segundo efeito, mais grave, é o de transferir recursos da geração de nossos filhos para a nossa, na medida em que o país crescerá menos, tornando mais graves os problemas sociais.

Talvez estas considerações econômicas não entrem no rol das razões a serem consideradas em decisões judiciais sobre direitos individuais. Infelizmente, elas são fundamentais para determinar o bem estar coletivo da geração dos nossos filhos.